

Os Estados Unidos de Bush	01
Movimentos sociais preparam manifestações contra Bush	02
Em Londres, milhares vão a protesto antiguerra	02
Entrevista Samuel Pinheiro Guimarães	03

INTERNACIONAL

Os Estados Unidos de Bush

Número de famílias que vivem com menos de US\$ 10 mil por ano aumentou 26%

Empregos instáveis e mal remunerados no setor de serviços explicam em parte o fenômeno, de acordo com especialistas



O número de americanos que vivem em situação de severa pobreza se expandiu dramaticamente sob o governo de George W. Bush, com cerca de 16 milhões de pessoas agora vivendo com renda individual inferior a US\$ 5.000 ao ano ou renda familiar de menos de US\$ 10 mil, de acordo com um novo estudo sobre os dados oficiais do Censo de 2005.

A análise, conduzida pela McClatchy, uma cadeia de jornais, demonstra que o número de pessoas que vivem no mais baixo limite de pobreza cresceu em 26% desde 2000.

A pobreza em geral também se agravou, mas o número de pessoas que sofrem de pobreza no grau mais severo está crescendo 56% mais

rápido do que o segmento geral da população que vive em pobreza, de acordo com a definição do Censo.

Esse segmento equivale a 37 milhões de pessoas -ou 10% da população dos EUA, de 300 milhões. A linha de pobreza no país equivalia, em 2006, a uma renda de US\$ 20.000 para uma família de quatro pessoas.

A ampliação da disparidade de renda não representa novidade nos EUA. O que é novo, porém, é a rápida ampliação no número de pessoas situadas na porção mais baixa da pirâmide socioeconômica.

"Foi o exato oposto do que antecipávamos ao iniciar a análise", disse um dos co-autores do estudo, Steven Woolf, da Universidade Estadual da Virgínia. "Não estamos mais vendo a mesma proporção de pessoas moderadamente pobres na população geral; o que temos é uma aceleração dramática da pobreza severa."

As causas do problema não representam mistério para os sociólogos e cientistas políticos. A proporção da renda nacional destinada aos lucros empresariais supera em muito a proporção que compõe os salários dos trabalhadores.

A classe média vem sofrendo atrito constante, com o desaparecimento de postos de trabalho dotados de benefícios e protegidos por sindicatos, e sua substituição por empregos de baixo salário e baixa segurança no setor de serviços. Os 20% mais ricos dos domicílios americanos desfrutam agora de mais de 50% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 3,5%, de acordo com as estimativas.

A renda média posterior aos impostos do 1% de norte-americanos mais ricos é 63 vezes mais alta do que a dos 20% mais pobres, tanto porque os ricos se tornaram significativamente mais ricos quanto porque os pobres empobreceram em cerca de 19% ante a posição que detinham no final dos anos 70.

A classe média também está sofrendo compressão cada vez mais forte. Todos os grupos de renda, excetuados os 20% mais ricos, perderam terreno nos últimos 30 anos. Esses números raramente são discutidos nos fóruns políticos americanos, em parte porque a economia em larga medida deixou de ser vista como uma questão política. E também porque os institutos de pesquisa direitistas que brotaram e vêm prosperando desde os anos Reagan trabalharam bem quanto a minimizar a importância dessas tendências.

Eles argumentam, na prática, que as estatísticas sobre pobreza são irrelevantes devido à alta mobilidade da sociedade americana. Um pequeno grupo de institutos de pesquisa esquerdistas, como o Economic Policy Institute, enquanto isso, argumenta que os números do Censo são provavelmente inferiores à realidade, porque muitas pessoas vivendo em pobreza extrema não respondem aos questionários de recenseamento. (Andrew Gumbel, do "Independent", em Los Angeles - Tradução de Paulo Migliacci) (*Folha de S.Paulo*, 27.02.2007)

Movimentos sociais preparam manifestações contra Bush

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), prepara um grande protesto para o dia 8 de março, na Avenida Paulista, contra os Estados Unidos e seu presidente, George W. Bush, durante a visita dele ao Brasil. Além da manifestação na capital paulistana, a coordenação pretende protestar em cada cidade onde estiver sendo comemorado o Dia Internacional das Mulheres.

A agenda do presidente norte-americano não é divulgada detalhadamente por motivos de segurança e não se sabe se ele chega ao Brasil no dia 8 ou no dia 9. O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na CMS, Antônio Carlos Spis, disse que militantes das 32 entidades que compõem a coordenação irão "perseguir" Bush assim que ele desembarcar no País, o que deve acontecer no Aeroporto de Cumbica.

"No Fórum Social Mundial do Quênia, as mil mesas de trabalho foram unânimes contra a guerra do Iraque e as intervenções americanas em outros países. Vamos colocar faixas de protesto onde soubermos que ele vai estar. Somos contra a política econômica, o imperialismo e o intervencionismo norte-americano", disse ele, que esteve ontem no Rio para participar de ato de apoio a estudantes da UNE, que ocuparam desde o início do mês o terreno que pertencia a entidade e hoje é um estacionamento irregular. (*Tribuna da Imprensa*, 24.02.2007)

Em Londres, milhares vão a protesto antiguerra

Milhares de pessoas protestaram ontem em Londres pela retirada das tropas britânicas do Iraque e contra uma possível intervenção militar no Irã.

Segundo os organizadores, a coalizão de entidades "Stop the War", 100 mil pessoas participaram do protesto, mas a polícia estimou em 10 mil os manifestantes, bem menos que os 750 mil que marcharam contra a guerra na cidade em 2003.

A passeata partiu do Hyde Park e terminou na praça Trafalgar, onde deputados de esquerda, familiares de soldados e alguns famosos, como o humorista Mark Thomas e o dramaturgo David Edgar, fizeram discursos contra a guerra.

Há atualmente 7.200 soldados britânicos no país árabe, mas, na semana passada, o primeiro-ministro Tony Blair anunciou que o efetivo será reduzido para 5.500 nos próximos meses. A Coroa britânica também informou que o príncipe Harry, 22, o filho caçula do príncipe Charles e da princesa Diana (1961-97), será enviado à Guerra do Iraque.

Os manifestantes londrinos também criticaram um possível ataque liderado por Washington contra o Irã, para tentar frear o programa nuclear do país, e protestaram contra a renovação do arsenal atômico britânico, anunciada pelo governo no final do ano passado.

Entrevista Samuel Pinheiro Guimarães

Para embaixador, política externa é só "pragmática"

Secretário-geral do Itamaraty diz não haver ideologia no trabalho do ministério e nega antiamericanismo no governo Lula, mas manda recados sutis aos EUA

Depois de atravessar os quatro anos do primeiro governo Lula falando muito para dentro do Itamaraty e pouco para fora, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães deu uma rara entrevista em que nega antiamericanismo no governo e classifica a política externa de "pragmática e não ideológica". Não deixou, porém, de mandar recados sutis aos EUA.

"Um mundo melhor", segundo ele, "será aquele em que as promessas de desarmamento se realizem, os preceitos do Direito Internacional sejam obedecidos pelas grandes potências, as diferenças econômicas entre os Estados se reduzam e o meio ambiente seja preservado". Por exigência dele, as perguntas foram feitas por escrito e respondidas por e-mail.

Segue a íntegra da entrevista.

Folha - O ex-embaixador em Washington Roberto Abdenur declarou que há "um substrato ideológico vagamente anticapitalista, antiglobalização, antiamericano, totalmente superado" na política externa brasileira. O sr. concorda?



Samuel Pinheiro Guimarães - A política externa do presidente Lula, conduzida pelo ministro Celso Amorim, é pragmática e não ideológica; é a favor do trabalho sem ser contra o capital; compreende que a globalização apresenta oportunidades mas também riscos para os países subdesenvolvidos; é a favor do Brasil e não contra qualquer país. Como o próprio presidente e o ministro não se cansam de repetir, a política externa desperta o interesse e desfruta do respeito de todos os países, ricos e pobres; do Ocidente e do Oriente; da América do Sul e do Norte, o que se reflete no grande número de presidentes, primeiros-ministros, chanceleres, autoridades e empresários que vêm ao Brasil e desejam nossa cooperação política, econômica e social.

Folha - Os críticos da política externa afirmam que o Brasil tem uma participação há anos estacionada em 1,4% da economia norte-americana, perdendo milhões de dólares em negócios por conta de um suposto antiamericanismo. Como é possível menosprezar o principal mercado do mundo?

Pinheiro Guimarães - O aumento da presença da China no mercado americano fez com que, no período de 1999 a 2006, nas importações americanas, a participação do Canadá caísse de 19% para 16,9%; a do Japão, de 12,8% para 7,9%; a da Alemanha, de 5,3% para 4,9%; a da França, de 2,5% para 2,0%. Ao contrário, a participação do Brasil cresceu de 1,1% para 1,4%, refletindo o aumento de nossas exportações de US\$ 10 bilhões para US\$ 24 bilhões. São as empresas brasileiras que exportam: elas não menosprezaram o mercado americano, nosso principal comprador, e tiveram todo o apoio do governo brasileiro em seu esforço.

Folha - O sr. é uma espécie de símbolo do suposto antiamericanismo, inclusive por ser ferrenho adversário da Alca. Convém ao governo brasileiro mantê-lo no segundo cargo na hierarquia do Itamaraty? O objetivo é justamente marcar posição?

Pinheiro Guimarães - O cargo de secretário-geral das Relações Exteriores é de livre nomeação do presidente Lula, por indicação do ministro Celso Amorim. Cabe ao presidente e ao ministro, naturalmente, decidir sobre o que convém.

Folha - A Alca acabou, e o chanceler Amorim dizia que o importante era a OMC. Mas as negociações na OMC também empacaram. Onde o Brasil está errando?

Pinheiro Guimarães - As negociações na OMC estão em pleno andamento e há grandes expectativas. O Brasil tem tido papel central nessas negociações na liderança do G20 [grupo de 20 países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia] e em entendimentos com os interlocutores dos Estados Unidos e da União Européia. As perspectivas de uma conclusão positiva para o Brasil são maiores do que em qualquer outro momento.

Folha - A adesão da Venezuela ao Mercosul tem sido duramente criticada, pois seria uma forma de transformar o bloco em uma ponta-de-lança contra Washington, ou pelo menos num palanque para o presidente Hugo Chávez atacar Bush. O bônus da adesão compensa o ônus?

Pinheiro Guimarães - O comércio entre o Brasil e a Venezuela passou de US\$ 880 milhões em 2003 para US\$ 4,1 bilhões em 2006. Empresas brasileiras fazem grandes investimentos e constroem hidrelétricas, linhas de metrô, pontes, represas e sistemas de irrigação na Venezuela. Todos os membros do Mercosul estão de acordo quanto à adesão da Venezuela. O Mercosul é uma união aduaneira e não um bloco político de oposição a qualquer outro país e muito menos aos EUA, que, aliás, percebem isto perfeitamente.

Folha - Pelo menos na retórica, Chávez está ganhando aliados na região, como os presidentes Evo Morales, da Bolívia, e Rafael Corrêa, do Equador. É um novo pólo de poder?

Pinheiro Guimarães - Cada país da América do Sul tem o direito de cooperar com os demais países sem que isto signifique a formação de pólos de poder. Qualquer pretensão hegemônica de qualquer país encontra grande resistência dos demais, e a forma natural de influência é o exemplo, o que supõe relações de parceria, como as que o Brasil tem desenvolvido com cada país da América do Sul, com excelentes resultados.

Folha - De outro lado, o governo Bush praticamente escolheu o Irã como novo alvo, digamos, das preocupações norte-americanas. Esse será um tema do encontro Lula-Bush em 9 de março? O que o Brasil tem a ver com isso?

Pinheiro Guimarães - A agenda do encontro dos presidentes ainda não está definida. O Brasil, que tem a sexta maior reserva de urânio do mundo, domina a tecnologia de enriquecimento de urânio e tem uma demanda interna importante por energia, defende o direito de todos os países de desenvolver a tecnologia nuclear para fins pacíficos, desde que respeitados fielmente os compromissos internacionais. Nossa posição na AIEA se pauta por este princípio e pela preferência pelo diálogo como forma de solucionar impasses.

Folha - Há duas versões no governo e no Itamaraty: uma de que o sr. é decisivo para a formulação da política externa; outra de que, na verdade, é o grande executivo que está "botando a casa em ordem". Qual a verdadeira?

Pinheiro Guimarães - O presidente formula e dirige a política externa com o auxílio do ministro. Ao secretário-geral cabem as tarefas definidas pelo decreto 5979/2006, que são assessorar o ministro na execução da política e na orientação da secretaria de Estado e das missões no exterior.

Folha - Por que o sr. participou dos primeiros palanques do presidente Lula na campanha do segundo mandato, mas de repente sumiu?

Pinheiro Guimarães- Todo cidadão brasileiro tem o direito, e até o dever, de participar da vida política de seu país.

Folha - E por que o sr. decidiu impor livros de sua própria preferência para os diplomatas que estejam sendo promovidos ou assumindo missões no exterior? Qual o viés desses livros? E porque o ministro determinou o fim da prática?

Pinheiro Guimarães - Gilberto Freire disse: "O livro do sr. Álvaro Lins sobre o Barão do Rio Branco é um destes livros que desde as primeiras páginas nos dão o gosto raro de contato com uma obra monumental". Celso Furtado, sobre Bielschowsky, disse: "Considero "Pensamento Econômico Brasileiro" o mais importante trabalho já realizado para caracterizar e apreciar o considerável esforço produzido entre nós a fim de resgatar o Brasil das armadilhas do pensamento ortodoxo".

Roberto Campos, ex-embaixador em Washington, sobre Bielschowsky, disse: "Erudito, objetivo e correto. "Pensamento Econômico Brasileiro" é referência indispensável, por sua análise balanceada e percuciente das controvérsias ideológicas da época". Rubens Ricupero, ex-embaixador em Washington, sobre o livro de Moniz Bandeira disse: "É uma obra original, uma autêntica história conjunta das relações diplomáticas do Brasil e da Argentina durante 133 anos. Tem razão, assim, o historiador americano Frank Mc Cann, ao apresentá-la como "leitura indispensável". Não conheço, nem creio que exista, outro trabalho desse fôlego, cerca de 680 páginas, que cubra de modo tão completo e analítico o período contemporâneo". Sobre "Chutando a Escada", de Ha-Joon Chang, professor de Cambridge, na Inglaterra, Charles Kindleberger, um dos maiores economistas americanos, disse: "uma crítica estimulante dos sermões dos economistas da corrente dominante dirigidos aos países em desenvolvimento." O aperfeiçoamento dos diplomatas é uma necessidade constante. A leitura de três ou quatro livros não poderia jamais modificar o modo de pensar de qualquer diplomata, mas pode trazer informações importantes. O ministro Celso Amorim considerou que a celeuma provocada não justificava a energia despendida.

Folha-O que se deve esperar de um bom diplomata? E de um diplomata brasileiro no mundo atual?

Pinheiro Guimarães-De um bom diplomata se espera que defenda e promova os interesses de seu país. De um diplomata brasileiro se espera que defenda e promova os interesses do Brasil, de acordo com os objetivos da política externa definidos no Art. 4º da Constituição Federal, em especial a independência nacional, a não-intervenção e a autodeterminação, e com a orientação do Presidente da República.

Folha - Como o Brasil pode interferir para que o mundo seja melhor? Aliás, o que seria, a seu ver, um "mundo melhor"?

Pinheiro Guimarães- O Brasil pode contribuir para a preservação da paz, para o desenvolvimento econômico e social, para a construção da democracia na esfera internacional, de tal forma que cada sociedade, observados os preceitos fundamentais de autodeterminação e não-intervenção inscritos na Carta da ONU, possa prosseguir em sua evolução histórica.

Um mundo melhor será aquele em que as promessas de desarmamento se realizem; em que os preceitos do Direito Internacional sejam obedecidos pelas grandes potências; em que as diferenças econômicas entre os Estados se reduzam; em que o meio ambiente seja preservado; em que os direitos humanos, políticos, econômicos e sociais sejam respeitados; em que a pobreza e a miséria sejam abolidas; em que cada indivíduo possa desenvolver todo o seu potencial. Com esses objetivos, o presidente Lula e o ministro Celso Amorim têm defendido a democratização das instâncias internacionais de decisão, como o Conselho de Segurança da ONU e o G-8. *(Folha de S.Paulo, 27.02.2007)*